


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE ARARAQUARA**
**FORO DE ARARAQUARA**
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua dos Libaneses nº 1998, Carmo, Araraquara - SP - CEP 14801-425

**TERMO DE AUDIÊNCIA**

Processo nº: 1005289-53.2018.8.26.0037  
 Classe - Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação  
 Autor(a)(es): Ana Carolina Mariotini de Brito  
 Advogado/OAB: Dra. Taise Josefina Zambrano – OAB/SP 301748  
 Ré(u)(s): Loja Riachuelo S/A  
 Preposto: Douglas Cinto Maurício de Souza  
 Advogado/OAB: Dra. Maria Jozelia Santolia – OAB/SP 323081

Aos 30 de julho de 2018 às 16:22, nesta cidade e Comarca de Araraquara, Estado de São Paulo, na sala de audiências, sob a condução do Sr.(a) Conciliador(a) que abaixo subscreve e a supervisão do MM. Juiz de Direito, ANA CLAUDIA HABICE KOCK, comigo Escrevente Técnico Judiciário abaixo assinado, foi instalada a sessão de conciliação nos autos da ação e entre as partes supra referidas. Verificou-se a presença das partes. Proposta a conciliação, restou frutífera nos seguintes termos: **OBJETO PRINCIPAL**: Com o presente acordo, nenhuma das partes poderá mais reclamar da outra qualquer questão oriunda do mesmo fato. Para quitação de todos os danos/prejuízos oriundos desta reclamação, a parte ré pagará à parte autora o valor de **R\$3.500,00. ÉPOCA DO PAGAMENTO**: em parcela única em até 15 dias úteis a partir desta data. **FORMA DE PAGAMENTO**: depósito bancário na conta corrente em nome da patrona da parte credora Dra. Taise Josefina Zambrano (conta nº 5020-2, agência nº 5963-3, Banco do Brasil, CPF nº 228.153.918-05). No caso de depósito(s) em conta, caso haja alguma inconsistência dos dados bancários (com oportuna comprovação), a parte ré deverá depositar judicialmente o valor até 24 horas após a data do vencimento previsto no acordo para não incidir em mora. **EM CASO DE INADIMPLÊNCIA**: multa de 10% sobre o saldo devedor. O nome será anotado no SPC, mediante requerimento da parte credora, devendo esta informar o pagamento se ocorrer, para a retirada da inscrição. **HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**: cada parte pagará os honorários de seu(sua) constituído(a). Não há custas. **A seguir, pelo MM. Juiz foi proferida sentença**: "Homologo o acordo celebrado pelas partes e decreto a EXTINÇÃO DO PROCESSO com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, "b" do CPC. Nos termos do art. 1000 do mesmo código, não há interesse recursal. Certifique-se o trânsito em julgado. Convalidam-se os efeitos da tutela antecipada concedida. Tratando-se de pagamento, em caso de inadimplemento, a fase de cumprimento dispensa intimação prévia do devedor para pagar em 15 dias, pois ela somente é exigível quanto às sentenças condenatórias (art. 523, caput do CPC). O cumprimento do acordo não precisa ser informado nos autos e será considerado cumprido se não houver comunicação sobre o descumprimento até dez dias depois de decorrido o prazo. **Arquivem-se os autos**". Sentença proferida e publicada em audiência, saindo intimadas as partes. Termo assinado digitalmente pelo MM. Juiz. Dispensada a digitalização e juntada aos autos do documento físico assinado pelos presentes. NADA MAIS. Eu, Fernando Alves De Rezende, digitei.

MM. JUÍZA

Conciliador(a): Telmo Correia Arrais

Autor(a)

Ré(u)

Adv.

Adv.